



Proc. nº: 339/2018

ORIGEM: Setor de Licitações FUNEPU

JUSTIFICATIVA PARA COMPRA DIRETA 90/2018

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO

Trata os presentes autos de procedimento, que tem por objeto a aquisição serviços de Médico Veterinário especialista em esterilização e castração de animais caninos e felinos, cujo Coordenadora é a Senhora Marise de Stefani Max Costa, Presidente da SUPRA – Associação Uberabense de Proteção aos Animais.

Verba liberada pelo Promotor Dr. Carlos Alberto Valera – NIEA.

Visando o cumprimento das aquisições para os referidos serviços para atendimento ao projeto, caracterizando a oportunidade, conveniência e necessidade do presente, verificamos que referida solução revela-se imperiosa mediante análise da proposta apresentada pela indigitada pessoa física.

Ressalta-se que consta Proposta elaborada pela Dra. Amélia Margarida de Oliveira. Rua Ozório Ribeiro nº 342 - Bairro Enseada, Nepomuceno MG inscrito no CPF sob o nº 253.825.338-14. Valor R\$15.960,00 (quinze mil novecentos e sessenta reais) Que deverá ser devidamente aprovado pela Autoridade Competente desta Fundação, efetivando as dos materiais solicitados.

II – DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO.

Os atos em que se verificam a contratação direta são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise do inciso II do art. 26, do Decreto 8241/14 que dispõe sobre a aquisição de bens e a contratação de serviços pelas fundações de apoio.



Art. 26. A contratação direta será admitida nas seguintes hipóteses:

[...]

II - Para outros serviços e compras em valor inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço ou compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Esta aquisição dos serviços, com sua aquisição devidamente justificada pelo solicitante, além de se enquadrar nos valores permitidos pelo artigo supra. Na oportunidade demonstra-se que está clara e evidente a justificativa do preço, pois nota-se que o valor da contratação é inferior ao limite determinado para compra direta.

A compra direta em razão do pequeno valor está amparada nas cotações que alicerçam esse processo, utilizando cotações com empresas do ramo e com padrão definido como meio para apurar o melhor preço, isto é, selecionar a proposta mais vantajosa para a Fundação.

No entendimento do douto Marçal Justen Filho:

É usual se afirmar que a “supremacia do interesse público” fundamenta a exigência, como regra geral, de licitação prévia para contratações da Administração Pública – o que significa, em outras palavras, que a licitação é um pressuposto do desempenho satisfatório pelo Estado e não asseguraria a contratação mais vantajosa. Por isso, autoriza-se a Administração a adotar um outro procedimento, em que formalidades são suprimidas ou substituídas por outras. Essa flexibilidade não significa discricionariedade na escolha das hipóteses em que se aplicam os procedimentos licitatórios simplificados. Por igual, definiu os casos de não incidência do regime formal de licitação. (JUSTEN FILHO, 2012, p. 328-329).

Neste ínterim o Decreto 8241/14 norteia a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio, demonstrando em seu artigo 26, inciso II a possibilidade de compra direta desde que satisfeitas às exigências legais, conforme demonstrado a priori.

III – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços junto a fornecedores, tendo a pessoa física Dra. Amélia Margarida de Oliveira, apresentado o menor preço, com relação aos demais.

A contratação dos serviços pela Pessoa Física supracitada, é compatível e não apresenta diferenças que venham a influenciar nas escolhas, ficando está vinculada apenas à verificação do critério de menor preço.



IV – DAS COTAÇÕES E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, o meio de aferi-lo neste caso, encontra-se na juntada documental que evidencia a razoabilidade e a proporcionalidade a partir da realização de três cotações, posteriormente a análise mencionada, realiza-se comparações de preços praticados com a Pessoa Física contratada com outros entes da administração pública/privada.

V – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO PRODUTO

Conforme preconiza requerimento anexo aos autos, demonstra-se a seguir justificativa Coordenador para a aquisição deste objeto:

‘Venho por meio deste, solicitar a aquisição dos do serviço relacionado em anexo, conforme as quantidades do orçamento. A escolha se deu pelo menor valor de mercado. Este item deve ser adquirido com recursos oriundos do projeto NIEA.

VI – DA ESCOLHA

A pessoa física escolhida neste processo para sacramentar os serviços pretendidos, foi:

- Dra. Amélia Margarida de Oliveira. Rua Ozório Ribeiro nº 342 Bairro Enseada, Nepomuceno MG inscrito no CPF sob o nº 253.825.338-14 Valor R\$15.960,00 (quinze mil novecentos e sessenta reais)

VII – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para aquisição, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 26, parágrafo Único do decreto 8241/14:

Art. 26. A contratação direta será admitida nas seguintes hipóteses:

[...]

Parágrafo único. Nas contratações diretas, as exigências de habilitação poderão ser limitadas à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, observado o disposto nos art. 19 e 20.

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação



jurídica e regularidade fiscal.

VIII – CONCLUSÃO

A comissão de Licitação da FUNEPU, considerando que o serviço de médico veterinário solicitado, destina-se exclusivamente ao objetivo esterilização e castração de animais domésticos, cães e gatos errantes no município e que foram realizadas três cotações a fim de buscar o menor preço.

Com arrimo no inciso II do art. 26, do Decreto 8241/14, conclui-se pela viabilidade em contratação direta, submetendo, em face do preconizado no artigo 26 da lei 8666/93.

Uberaba, 16 de agosto de 2018.

Carlos Alberto Martins
Assistente de Compras

Ratifico a justificativa apresentada acima.

Prof. José Eduardo dos Reis Felix
Presidente
FUNEPU

PUBLIQUE-SE